

5. Conclusões

A nossa informação é ainda muito incipiente para poder entrar de forma concludente no campo da afirmação. Por isso, dentro do campo das hipóteses em que nos movimentamos, o fenómeno da imitação da moeda de bronze do século IV surge na Península, em termos gerais, não como um mecanismo de resposta perante a necessidade de moeda provocada pela falta de aprovisionamento ou por uma procura insatisfeita, mas como o resultado do próprio jogo de uma circulação em que as imitações se encontram perfeitamente inseridas.

Não é possível chegar a conclusões de âmbito regional ou local segundo os períodos. Isto é, não é possível estabelecer se o fenómeno tem um maior peso num determinado sector geográfico peninsular ou se afecta mais um lugar específico que outro e, conseqüentemente, poder definir se se deve de facto à escassez de numerário ou a uma dificuldade maior no aprovisionamento nesse sector ou lugar. Para isto, seria necessário, primeiro, atingir uma uniformização qualitativa e geográfica do material, e segundo, dispor de um maior volume de material, de forma global e individual, do que aquele com que hoje contamos.

Apesar de tudo, no momento, podemos constatar que em nenhum dos lugares em que as imitações dos diferentes períodos do século IV estão documentadas, quer através de achados de circulação, quer através de tesouros, ou mesmo naqueles casos em que as emissões irregulares têm uma maior representação, estas atingem uma percentagem tão relevante que permita pensar em escassez de moeda. Em nenhum dos períodos a que as imitações pertencem e, advogando uma cronologia contemporânea, embora relativa, podemos determinar a existência de uma ou várias oficinas locais que, na Península, produzam as emissões irregulares. Em nenhum dos grupos de imitações, quer a nível peninsular, quer a nível de um lugar individual, o número de moedas irregulares é suficientemente alto para se poder provar a existência de uma oficina local situada nalgum ponto da Península; nem sequer nas imediações dos lugares onde determinados grupos de imitações são mais abundantes podemos situar uma oficina. Pelo contrário, as imitações reproduzem, nos diferentes períodos aos quais pertencem pela sua tipologia, marcas de centros emissores que não seguem a diversificação observável entre as marcas da moeda oficial do mesmo período, não copiando a marca de centro emissor predominante. O pseudo exergo das imitações leva, maioritariamente, marca de centro emissor gálico e, em muito menor medida, itálico ou balcânico, e, só muito esporadicamente, oriental. Estes dois argumentos determinam para as imitações peninsulares uma origem extra peninsular e, sobretudo, gálica.

Dentro do fenómeno da imitação do *Aes* do século IV existem duas correntes diferenciadas, estabelecidas em função do carácter a que corresponde a moeda imitação: uma corrente de moeda de necessidade e uma corrente de moeda de falsificação. Cada uma destas duas correntes é mais evidente num determinado período que noutra.

Os *nummi* anteriores a 318 estão muito pouco representados nos sítios peninsulares: apenas um único tesouro, Monte Mozinho I, com um horizonte cronológico nestes anos, inclui uma imitação. O mesmo acontece com as imitações de *nummi* de 318-330. Uma mudança no sistema monetário provoca um tráfico manejado por falsificadores e, de novo, estes *nummi* são escassos nos sítios arqueológicos peninsulares. Porém, os tesouros

da Zona del Bierzo e de Monte Mozinho II, com um possível horizonte cronológico de cerca de 330, incluem 5% e 11,45% de imitações, respectivamente.

Entre 330 e 348 e entre 353 e 358, problemas específicos na Gália e na Britânia provocam uma situação especial de necessidade de moeda nestas áreas, que afecta, sobretudo, a Gália do norte e a Britânia e, em menor escala, a Gália do sul; estas imitações chegam também à Península procedentes da Gália. Estão muito mais bem documentadas nas faixas costeiras do que no interior da Península, não obstante pensarmos que esta circunstância não se deve a uma maior necessidade de numerário destas áreas, mas a um critério de identificação diferente. Evidentemente, pela sua situação litoral, as imitações chegam mais facilmente aos lugares costeiros, mas penetram também, sem dúvida, no interior, embora o façam de forma mais lenta. O cômputo global das imitações destes dois períodos em relação à moeda oficial é de 2,97% e 4,26% respectivamente, estando muito longe das cifras que se atingem na Britânia e na Gália, correspondentes à moeda de necessidade inserida na circulação gálica. No primeiro período, não existem tesouros peninsulares com um horizonte cronológico próximo de 348 que possam dar uma indicação sobre a representação das imitações no período de emissão dos protótipos; no segundo período, o tesouro de Tróia II apresenta uma percentagem significativa de 3,55%. Neste período, a crise é muito mais importante na Gália e na Britânia; a Península consegue escapar aos seus efeitos, já que o aumento das produções do centro emissor de Roma, mas também dos centros emissores balcânicos e orientais relativamente ao período precedente, limita ao mínimo a projecção da mesma. Em termos gerais, e salvo episódios muito específicos, a partir deste momento, o abastecimento de moeda decai, podendo dar-se o caso de que nos finais do século se produzissem imitações da moeda oficial destes anos, uma vez que continuaram a formar parte do conjunto em circulação durante este século e também ao longo do século seguinte. Não temos dados que corroborem uma afirmação neste sentido, mas os tesouros com um horizonte numismático nos princípios do século V, como Galiana e Torre, mostram uma circulação obsoleta onde a percentagem de imitações corresponde a uma situação normal dentro de uma sobrevivência de emissões irregulares com os seus protótipos.

Pelo contrário, são os períodos que limitam estes dois momentos de crise os que estão mais bem representados nas imitações peninsulares das séries numismáticas do século IV e não correspondem a problemas de abastecimento mas a corrente falsificadora.

Em 348, a criação de um *Aes* sólido provoca novamente uma actividade falsificadora importante que afecta a peça de maior valor dentro do sistema monetário do momento, articulado com base em três denominações. Estas emissões são raras nos sítios peninsulares, devido, sobretudo, à refundição a que foram sujeitas (tinham uma percentagem de prata importante na sua composição) e à desmonetização de 354. As imitações são mais numerosas do que os protótipos nos sítios hispânicos.

Em 350, com a usurpação de *Magnentius*, os falsificadores continuaram a copiar a *maiorina* e a *semi-maiorina* do usurpador; contudo, neste momento, perante a crise provocada pela usurpação, existiu provavelmente, ao mesmo tempo, uma corrente de moeda de necessidade paralela à corrente falsificadora. São as imitações do usurpador as mais numerosas nos sítios e tesouros hispânicos, sendo preciso relacionar esta alta representação com a ruptura do aprovisionamento balcânico e oriental. Estas emissões viram-se também afectadas pela lei de 354; isto explica a sua baixa representação nas séries numismáticas do século IV, mas as suas imitações são, contudo, abundantes. O proprietário do tesouro de Tróia II, formado nas proximidades de 360 conservou a moeda de *Magnentius* e as suas imitações apesar da desmonetização. Este tesouro inclui 2,17% de moedas do usurpador na sua composição, sendo que 69,70% daquelas correspondem a imitações.

A partir de 358, as únicas séries de imitações bem representadas na Península correspondem às do Ae2 *Reparatio Reipub* e do Ae2 *Gloria Romanorum* – “*labarum*”. Com *Gratianus* volta a ter lugar uma alteração importante no sistema monetário. Este introduz de novo uma moeda de bronze forte que desperta a atenção dos falsificadores. A metade sul peninsular é uma área privilegiada pela circulação deste Ae2, mas, até ao momento, as suas imitações eram praticamente desconhecidas na Península. Não obstante, constatamos que elas passaram praticamente despercebidas aos investigadores. No caso do *Reparatio Reipub*, a percentagem de 6,65% com que está representada na circulação corresponde a uma corrente falsificadora dentro da linha deflacionista seguida pela política monetária e dentro de uma circulação em que estas imitações, semelhantes em módulo e em peso dos seus protótipos, se dissimulam perfeitamente. Em 393, emite-se pela última vez o Ae2 com reverso *Gloria Romanorum* – “*labarum*”, sendo estas peças igualmente imitadas. A circulação deste Ae2 no Ocidente peninsular limita-se também, quase exclusivamente, à metade sul peninsular; os tesouros peninsulares de estrutura Ae2 revelam a existência de emissões irregulares, mas, neste caso, com um carácter muito marginal (0,58%). A escassa margem de vigência legal que medeia entre o início da emissão e a data da sua desmonetização, em 395, explica em parte a baixa representação destas falsificações.

Como já foi referido, em nenhum destes períodos podemos pensar numa origem peninsular para as imitações. Muito pouco, ou praticamente nada, é o que sabemos a respeito do funcionamento e localização das oficinas em que estas imitações eram produzidas. No caso das imitações *Reparatio Reipub*, as ligações de cunho constatadas nos diferentes lugares em que estas estão documentadas permitem localizar estas oficinas nas imediações dos dois centros emissores gálicos que abastecem a Península, ou seja, Arelate e Lugdunum. Também deverá ter existido outra, nas proximidades do centro emissor de Roma. A cunhagem exclusiva do Ae2 *Gloria Romanorum* – “*labarum*” nos centros emissores orientais e a rarefacção das suas imitações na Península deixam entrever uma origem oriental para estas.